



Prazo para o questionário da avaliação institucional vai até o dia 15 de março

Está aberto, até amanhã, 15 de março, o questionário de avaliação institucional promovido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UFMA. A avaliação é feita uma vez por ano, por meio do SIGAA ou SIGRH. O relatório final será enviado até o dia 31 de março para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

É fundamental a participação da comunidade acadêmica, pois é, por meio da avaliação de-

la, que é possível conhecer a realidade atual da Universidade e buscar melhorias. A avaliação é feita em 10 dimensões e deve englobar desde a comunicação com a sociedade até as questões relacionadas à graduação, pós-graduação, extensão e infraestrutura.

Os resultados serão discutidos com as pró-reitorias e diretorias, sendo enviados às coordenações de curso na sequência, para análise dos dados e da avaliação da comunidade acadêmica.

Saiba mais

Criada em 2004, a CPA foi instituída em conjunto com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Trata-se de uma comissão independente, responsável pela autoavaliação institucional. Registra como a comunidade acadêmica avalia a instituição em que está inserida e elabora instrumentos avaliativos, com aplicação da avaliação, organização e tabulação dos dados, além da elaboração do relatório final para envio ao Inep.

Fonte: UFMA

Instituição da Espanha faz seleção para bolsas no período 2022-2033

A Fundação Carolina, instituição espanhola voltada para a cooperação educacional e científica, está com inscrições abertas para a nova edição da convocatória de bolsas de estudos para o ano acadêmico 2022-2023. Esta é a 22ª edição do programa, que disponibiliza o total de 594 bolsas em todas as áreas de conhecimento, divididas nas seguintes modalidades: pós-graduação (236 bolsas); doutorado e estâncias curtas de pós-doutorado (90); mobilidade para professores (27); e estudos institucionais (121), incluindo 120 renovações de bolsas de doutorado. O programa contempla 171 programas acadêmicos, dos quais 143 são de pós-graduação.

Segundo informações da instituição, o prazo para pleitear bolsas de pós-graduação e estudos institucionais segue até o dia

15 de março (terça-feira), às 9.00h (horário espanhol). Já a seleção de bolsas de doutorado, estâncias curtas, programas de mobilidade para professores e estudos institucionais tem prazo de inscrições aberto até 7 de abril.

A Fundación Carolina informa que as bolsas de pós-graduação se destinam à formação de graduados procedentes de um país membro da Comunidade Ibero-americana de Nações, com capacitação acadêmica ou profissional garantida por um currículo excepcional e uma trajetória de compromisso com a sociedade. O programa oferece duas modalidades de apoio: bolsas e ajudas de estudos, combinadas com mestrado, títulos próprios e cursos de especialização.

No caso das bolsas de doutorado e estâncias curtas de pós-

doutorado, o objetivo é facilitar para que docentes procedentes de universidades latino-americanas obtenham um doutorado em centros espanhóis, promovendo a geração de redes científicas entre as instituições de ambos os lados do Atlântico. Os programas de mobilidade para professores concedem na Espanha uma estância curta de investigação a docentes ou investigadores de universidades argentinas, brasileiras e do Grupo Tordesilhas de Universidades. Por fim, os programas de Bolsas e Estudos Institucionais concedem ajudas para financiar planos de formação em centros espanhóis favoráveis ao fortalecimento institucional das administrações públicas latino-americanas.

Mais informações no site:
www.fundacioncarolina.es

Fonte: IFMA

Desmonte de programa de reabilitação do INSS coloca em risco a saúde do trabalhador

Criado em 2007 durante o governo Lula, o Programa de Reabilitação Profissional do INSS, destinado a trabalhadores acometidos por doenças ou acidentes que os incapacitem de exercer suas funções profissionais vem sendo gradativamente desmontado pelos governos que assumiram o poder após o golpe de 2016, contra a presidente Dilma Rousseff.

Pensado como uma política de saúde voltada à proteção social de grupos vulneráveis e estruturado por três pilares – a perícia médica, a reabilitação e o serviço social –, o programa teve sua essência destruída pelos governos do ilegítimo Michel Temer (MDB) e Jair Bolsonaro (PL).

Esse desmonte é parte do plano de desorganização e deterioração de serviços públicos que foi colocado em prática no Brasil após o golpe, analisa a secretária de Saúde do Trabalhador da CUT, Madalena Margarida Silva.

Segundo ela, a destruição das políticas previdenciárias e de saúde interessam aos aliados dos grupos políticos de Temer e Bolsonaro que só trabalham para atender interesses dos empresários.

“Querem o fim do INSS, a privatização total da Previdência e da saúde no Brasil. Quem perde com isso são os trabalhadores que ficam sem acesso”, diz a dirigente.

O desmonte de dessa política pública foi tema de uma pesquisa publicada na Scientific Electronic Library Online (SciELO) por dois pesquisadores da Universidade Estadual de Londrina. No artigo, a analista do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e mestra em

sociologia, Kelen Clemente Silva e o professor de sociologia da Universidade Estadual de Londrina (UEL) Dr. Fernando Kulaitis, mostram que desde 2018, o programa vem sofrendo alterações consideráveis que colocam trabalhadores em risco. Os efeitos na saúde do trabalhador serão sentidos nos próximos anos, de acordo com os pesquisadores.

Uma dessas transformações, aponta o estudo, é o sistema de perícias médicas para a avaliação dos trabalhadores acometidos de doenças ou que sofreram acidentes. É a perícia que decide sobre o afastamento e o pagamento de benefícios a esses trabalhadores, garantindo proteção à saúde, à vida e a subsistência econômica durante o período em que não estiverem trabalhando e em tratamento.

“O dismantelamento da Política Pública de Previdência Social, evidenciado por meio da desestruturação do Programa de Reabilitação Profissional em comparação aos moldes em que foi construído, caracteriza desproteção social e desamparo aos trabalhadores adoecidos em seu processo de retorno ao trabalho”, diz trecho do artigo.

O levantamento dos pesquisadores confirma um problema vivenciado por milhões de brasileiros. As perícias vêm cada vez mais dificultando o acesso dos trabalhadores ao afastamento, tratamento e recebimento do benefício a que têm direito. Em geral, o trabalhador tem o benefício negado e têm de voltar ao trabalho, mesmo doente ou incapaz.



O estudo conclui que “o fim do programa, a emissão de certificado e o desligamento sem a devida perícia médica podem acarretar altas indevidas e, consequentemente, o agravamento da saúde do trabalhador, que retornaria para um mercado de trabalho permeado pelo medo do desemprego e desamparo financeiro”.

Além disso, a ausência de assinatura de um perito médico no certificado de reabilitação profissional também coloca em dúvida a credibilidade e a efetividade do Programa de Reabilitação Profissional quanto à saúde do trabalhador.

Levando em consideração que, em 2019, no primeiro ano de mandato, Bolsonaro extinguiu a Diretoria de Saúde do Trabalhador e vinculou a Previdência ao ministério da Economia, é possível ter em mente qual a ideologia do atual governo em relação à vida dos trabalhadores.

Com a extinção da Diretoria, médicos deixaram de fazer parte do quadro de servidores. Ao mesmo tempo foi criada a Perícia Médica Federal. Desta forma o Programa de Reabilitação sofreu com a ausência de médicos e atenção à saúde foi ‘remodelada’.

Fonte: CUT